

aperitivo para quando necessitamos de escrever bem, como costuma dizer José Eduardo Franco: “sempre que pretendam elaborar um bom trabalho escrito, comecem por ler um sermão do Padre

António Vieira, ajudar-vos-á a escrever bem”. Esta obra pode ser considerada um dicionário dos melhores pensamentos vieirianos.

Laura Nicolau

-
- *DANÇA DOS DEMÓNIOS*
- Intolerância em Portugal
José Eduardo Franco
e António Marujo (coords.)
Editora: Círculo de Leitores
Lisboa, 2009
-

De que maneira pode a cultura contemporânea começar a entender actos de intolerância sem justificativas, movidos por preconceitos e herança histórica, muitas vezes já anacrónicas? Uma pessoa interessada por história, com inúmeras horas de leituras sobre os mais diversos assuntos, certamente terá tido contacto com episódios de ódio, cenas de derramamento de sangue e crimes absurdos contra determinados grupos; situações geradas pela intolerância com o que é diferente e, não raro, pela ignorância. Afinal, quais são os factores que impulsionam as acções violentas visando toda uma cultura, como no caso do anti-semitismo?

A obra *Dança dos Demónios*, coordenada por António Marujo e José Eduardo Franco, publicada pela editora Círculo de Leitores, abraça o esforço inédito de estudar a intolerância em Portugal, buscando em raízes históricas o desenvolvimento da imagem do outro não apenas no país, mas em diversos momentos na história global. Variados especialistas escreveram sobre os *antis* e seus respectivos *ismos*: seja por questões religiosas ou étnicas – anticlericalismo, antiprotestantismo, antijesuitismo, anti-islamismo, anti-semitismo –, políticos ou nacionais – antiliberalismo, antimacaronismo, anti-americanismo, anticomunis-

mo – ou género – antifeminismo –, os artigos presentes na publicação, traçaram a história violenta das reacções diante do diferente.

Cada entrada buscou contextualizar os pivôs e os resultados, muitas vezes violentos, de movimentos que visam os grupos que determinaram-se pelos *ismos*. Seja de natureza étnica, política ou religiosa, os exemplos apresentados ao leitor definem, em cada tema, aspectos de sua cultura ou crença e as estruturas que definem os principais traços da imagem formada pelo meio social, desmistificando assim pormenores por vezes estereotipados, visão construída pela histeria, pela paranóia colectiva, pelo medo do diferente, pela certeza de complô e de maldade.

A nível de exemplificação, Esther Mucznik iniciou os estudos presentes na obra ao tratar do anti-semitismo. O texto buscou desde a Antiguidade a opressão contra os judeus, primeiramente visto como pagãos, depois como deicidas, povo responsável pela morte do Messias. Muczink argumentou sobre as agressões anti-semitas durante as Cruzadas, sobre as conspirações judaicas e a criação dos guetos, famosos na iconografia da Segunda Guerra Mundial. Acusados de traições, assassínios rituais de cristãos, especialmente de bebés e envenenamentos, os judeus foram constante alvo de perseguição, inclusive na Península Ibérica, onde também sofreram sistemática expulsão ao final do século XV. A vida nos guetos também foi retratada, onde os horários de entrada e saída eram controlados e somente as profissões consideradas baixas,

impuras e de pouca renda lhes eram permitidas, deixando essa população sem escolhas a não ser recorrer à usura, criando a figura do judeu ganancioso e usurário. Assim, nasceu um novo motivo para perseguição e violência, inclusive durante a Inquisição, daqueles que ganhavam a vida pela criação divina, calculando na passagem do tempo seu lucro; a prática da usura é a monetização do tempo, que pertence ao divino e não ao Homem, e por isso crime. O judeu avarento, usurário, sedento por riquezas é uma representação facilmente encontrada na literatura mundial, reforçando o anti-semitismo. Mas a concentração em guetos também possibilitou a continuidade da cultura judaica, facilitando, de certo modo, o fortalecimento de suas tradições e língua, o iídiche.

Das expulões às converções, forçadas em grande parte dos exemplos, o texto percorreu os séculos para mostrar um anti-semitismo generalizado. “Depois de 1880, o anti-semitismo tornou-se institucional e virulento. Na Europa passou a ser teorizado e dar origem a correntes, a partidos organizados e a uma literatura especializada. Entrou oficialmente na vida e nos debates parlamentares” (p. 64), sendo foco no meio acadêmico, inclusive em congressos internacionais temáticos. O Holocausto pôde facilmente representar a imagem que melhor traduz o anti-semitismo. A gradual escalada para a ‘solução final’ do nazismo, desde a distinção de judeus por símbolos costurados em suas roupas, tradição que remete ao estigma de Caim, às duras condições de vida nos guetos até o terrível espólio fotográfico dos campos de concentração, marcaram a história da humanidade. O leitor é levado a se questionar sobre o significado do genocídio e dos actos de intolerância através do tempo, actos que inclusive contribuíram para a indiferença institucional e internacional em relação ao extermínio de

milhões de judeus pelo esquema nazista. Mas a perseguição não se encerra em 1945, ganhando novos aspectos com a criação de Israel, marcado pelo anti-semitismo de face muçulmana.

Evitando, no entanto, o pessimismo, Esther apontou as mudanças de atitudes da Igreja Católica e da política internacional, ressaltando ainda que é necessário chegar a relações mais pacíficas.

Ao falar do anti-islamismo, Faranaz Kshavjee apontou o erro do conceito de ‘*islamismo*’, ao chamar atenção para o carácter plural e multifacetado, mutável dos povos islâmicos. Sem fugir ao tema proposto pela obra, a intelecância em Portugal, Faranaz expôs ao leitor a enorme divergência cultural entre as duas culturas em questão. O contraste formado entre as diferentes religiões e parâmetros sociais e culturais, abriu espaço para a formação de conceitos negativos sobre o ‘Outro’, conceitos agravados pela actual situação de conflitos geopolíticos. O Islão impressionou o mundo Ocidental pela sua força durante a Idade Média, pelo avanço medicinal, tecnológico e capacidade de expansão territorial.

As Cruzadas, a invasão e conquista da Península Ibérica, o medo e a dificuldade de aceitar a diferença. Foram esses alguns dos pontos exempificados pelos textos para mostrar o crescimento da ideia de que o muçulmano é o inimigo da cultura cristianizada. Constante sentimento ao todo argumentativo, o medo resultou da capacidade militar do Islão. Desde a Idade Média até a actualidade, a situação se agravou pela falta de conhecimento da cultura islâmica. Tal ausência de interesse, desde as Cruzadas, em que não havia a preocupação de conhecer a diferente cultura em confronto, aos escritos de Marco Polo e até os actuais manuais escolares, contribuem para a formação no imaginário popular do muçulmano extremista e violento, um perigo para a sociedade Ocidental.

O texto termina por apontar a generalização de conhecimento que é actualmente ensinado nas escolas, apresentando aos estudantes fragmentos fora de contexto e por demais abstractos, que diminuem ou mascaram a cultura islâmica e sua importância para a formação da cultura ocidental, fatores de ensino reforçados pelos estereótipos representados nos livros e televisão. Os sete séculos de presença muçulmana em Portugal não são tratados nos manuais escolares como deveriam, abrindo pouco interesse aos estudantes para um cultura que está amalgamada em seu cotidiano, sem estímulos para conhecer “uma fé que move milhões de pessoas e que, por acaso da história, esteve bem presente na realidade portuguesa, durante muito tempo – tempo suficiente para moldar pensamentos e práticas de uma civilização de que hoje as crianças portuguesas fazem parte” (p.118).

Esses dois exemplos mostram não apenas a intolerância e perseguição contra certos povos e culturas, mas também a dinâmica interna que ocorre. O anti-semitismo de raiz muçulmana é um exemplo, assim como a mudança de alvos por parte de uma mesma fonte, como “recorda Ernesto Castro Leal a propósito do antiliberalismo, o nacionalismo português encarou o liberalismo como o seu alvo durante as primeiras décadas do século XX. Depois, passou a ser o comunismo” (p.24).

O livro dedica grande espaço aos *antis* de fundo religioso. Luís Machado de Abreu apresenta brilhantemente ao leitor o anticlericalismo, mostrando seu início dentro da própria Igreja, inclusive dos dissidente heréticos, centrando-se na Reforma. Abreu selecciona rigorosamente os melhores exemplos para demonstrar a história do anticlericalismo e o leitor certamente se deliciará com os preciosos fragmentos provocativos da cultura popular

portuguesa que preenchem parte do artigo. A religião permanece como foco dos próximos autores. O difícil caminho dos protestantes, é detalhado por João Francisco Marques, que mostra ao leitor os atritos com a Inquisição. A acção panfletária é ricamente explorada, mostrando a resposta dos protestantes. José Eduardo Franco explora o antijesuítismo, construindo o argumento central do artigo na transformação da ideia negativa do poder acumulado pelos jesuítas até a afirmação do mito dos jesuítas, tema de outros estudos do autor. A demonização dos jesuítas, caracterizada principalmente pelos esforços do Marques de Pombal, solidificam tal mito na mentalidade ibérica e constrói, na longa duração, o estereótipo: o mito dos jesuítas é uma “história de adaptação e metamorfose extraordinária, que é testemunha da evolução do próprio fenómeno de mitificação” (p. 314), constituindo os jesuítas como uma “raça de gente doente e degenerada, alheia a qualquer fidelidade sacionacional, cuja presença e acção faz reproduzir extraordinariamente o mal corrosivo que transporta” (p. 322). O anticlericalismo se faz visível nesses outros *antis*, dos protestantes e dos jesuítas, dos poderes acumulados e da atenção que foi posta nestes movimentos.

Pode-se adicionar o texto de Rui Ramos na equação, engrossando com os gritos moçónicos a cacofonia da disputa entre Igreja e Estado. Os maçons vêm de uma conturbada história com o Estado, ameaçado pela popularização e crescimento dos chamados pedreiros-livres, mas também são alvo da Igreja pelo seu carácter de culto, mostrando a difícil posição em que se encontravam as lojas maçónicas.

A história do feminismo tem também seu *anti*, estudado por Ana Vicente, que ressalta a falta de liberdade feminina lusitana, pois ainda “no século XX, os viajantes estrangeiros em Portugal continuam a afirmar que a deficiente condição

das mulheres em Portugal contrasta com a Europa mais desenvolvida” (p. 437). Assim, a autora estabelece não apenas a voz política ou religiosa dos que enxergam no feminismo uma ameaça à natural lei do mundo, mas também na passividade das mulheres quer se enxergam de forma inferior.

Miguel Real, Ernesto Castro Leal e Viriato Soromenho-Marques completam essa antologia da cultura negativa, com artigos que relatam a história das ações contrárias ao comunismo, liberalismo e americanismo, respectivamente. A história do anticomunismo é apresentada ao leitor pelos movimentos contrários, nomeadamente políticos e intelectuais. Nas diferentes fases deste *anti*, por exemplo, Miguel Real demonstra a falhada tentativa de ligar o comunismo ao semitismo: “Sampaio Bruno faz notar que o movimento socialista comunista europeu é dominado por teóricos e militantes de origem semita” (p. 547), demonstrando também que nos países onde a Inquisição mostrou seu zênite, não por acaso foram onde o anticomunismo possuiu peculiar adesão popular e política. De modo geral, o comunista é visto como o ‘outro’ a ser destruído, um perigo social, pois “o comunismo é considerado como um movimento político revolucionário cujos ideais ferem violentamente a essência histórica da sociedade portuguesa e cuja aniquilação se torna um imperativo nacional” (p. 537). Por sua vez, o antiamericanismo tem sua raiz na rápida ascensão da ex-colônia inglesa, paralela ao ocaso de Portugal, resposta de uma potência europeia frente a um novo monstro económico e militar. O antiliberalismo, sem entrar em detalhes, curiosamente calçou a queda do Estado Novo e abriu caminho para a República, liberal e progressista. Estes três artigos funcionam como óptima síntese de todo o texto, resumindo nos aspectos sociais, económicos e políticos envolvidos em seus contextos motivos

e ideais que servem de combustível para a cultura negativa. Pode-se recriar os passos incertos da luta política, interna e externa, portuguesa, indo além de suas temáticas, dialogando directamente com os autores de todo o livro.

“A tolerância tem sua barreira no intolerável” (p. 09), escreve Anselmo Borges no prefácio do livro, ao discutir sobre os movimentos de convivência negativa. Assim se constrói a própria imagem: através do diferente. O que faz a identidade pessoal, se questiona o autor. Como definir, portanto, o cristão sem o judeu ou o muçulmano, o capitalismo sem o comunismo, o dia sem a noite, o negro sem o branco? Assim, através do convívio com o diferente, o indivíduo solidifica a imagem própria pelo contraste, pela oposição. Não existe o ‘eu’ sem o ‘você’, afinal. Mas o diferente geralmente causa estranhamentos e, por vezes, repulsa; a ignorância, soma-se ao medo do outro, figura que teima em não aceitar convicções verdadeiras do ponto de vista próprio, que se recusa a entender o mundo como ele é; resulta, assim, na intolerância e no receio. A intolerância, por sua vez, é resumida na desconfiança e esta se manifesta em actos de opressão física, psicológica e social. A longa duração dessas reacções, constituem e enraízam os estereótipos negativos e a necessidade irracional de erradicar o outro, o inimigo.

O conjunto das entradas ressaltam a necessidade de conhecer melhor outras culturas, de quebrar estereótipos e preconceitos, de aceitar e aprender com o diferente, conviver e construir com outras formas de encarar o mundo. A sociedade actual não pode aceitar o medo e intolerância perante o ‘Outro’, o mundo globalizado e multicultural deve superar a mistificação de culturas e modos de agir e pensar diferentes. No complexo quadro formado, em que os *antis* e os *ismos* unidos impossibilitam a convivência pacífica,

os organizadores lembram que o melhor caminho a percorrer é obter conhecimento para quebrar os preconceitos. E é exactamente esse o trunfo maior desta obra inovadora: oferecer o conhecimento para desmistificar o 'Outro'. António Marujo e José Eduardo Franco mostram a necessidade que havia em reunir os textos que formam a *Dança dos Demónios*:

“Hoje vivemos numa sociedade aberta, alicerçada em valores como a liberdade, o pluralismo, a tolerância, o respeito pela cultura e crenças do Outro. No entanto,

basta vezes se fendem e sangram as cicatrizes mal saradas desse passado conspiracionista e intolerante. Expressões, apreciações simplistas ou nostalgias de um passado segregacionista pretendem acordar os velhos fantasmas da conspiração oculta. Esse é um dos perigos que a democracia enfrenta e para o qual importa estar atento, especialmente pela via da educação para a tolerância” (p. 20).

Maurício Ieiri

- **O PADRE ANTÓNIO VIEIRA
E AS MULHERES**
– O mito barroco do universo
feminino
*José Eduardo Franco
e Maria Isabel Cabanas Morán*
Editora: Campo das Letras
Porto, 2008 – 233 pp.

A presente obra divide-se em cinco capítulos e contém um prefácio assinado por Tom Earle da Universidade de Oxford, que começa por nos lembrar: “A Igreja seiscentista era francamente misógina, e o Padre António Vieira não era o menos violento dos que denunciavam os erros do sexo considerado fraco” (p. 8). É dessa mundividência, onde se exalta o homem e se rebaixa a mulher que, precisamente, um homem e uma mulher, nos apresentam uma visão equilibrada e bem documentada.

Ainda antes dos capítulos que dão forma ao livro, nas “Considerações introdutórias”, os autores esclarecem que esta obra tem como objectivo colmatar diversas falhas da historiografia na análise das “mentalidades, atitudes e comportamentos que dominam a sociedade numa épo-

ca determinada” (p. 15). Com este estudo pretende-se, ainda, dar um importante contributo “para reduzir esse vazio historiográfico, sociológico e/ou literário lançando mão das pregações de António Vieira e analisando a presença que ali tem a mulher tanto como colectividade quanto como ser individual, que sobressai do comum pelas suas acções excepcionais” (p. 15).

E é desse universo que nos dão excelente e clara notícia os capítulos que se seguem.

No capítulo primeiro intitulado “A percepção barroca da antropologia feminina”, os autores começam por informar que “Na obra parenética do Padre António Vieira, a imagem da mulher é construída como um ser capaz do melhor e do pior” (p. 25), não fosse ela, na tradição cristã, aquela que introduziu o pecado no mundo (Eva), mas também aquela que trouxe a esse mesmo mundo a esperança da salvação na figura do seu filho Jesus (Maria).

No catolicismo a formação do mundo advém do pecado, da transgressão, não só de uma simples mas fundamental prescrição (não comas o fruto da árvore do bem e do mal), como também da tomada de